



COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS

SETEMBRO | 2019



COALIZÃO
NEGRA
POR DIREITOS

ÍNDICE



03

O QUE É A
COALIZÃO NEGRA
POR DIREITOS

04

BRASIL EM
CHAMAS E
GENOCÍDIO NEGRO

07

PACOTE MORO I
DECRETO DAS ARMAS

09

BASE DE ALCÂNTARA
I QUILOMBOLAS

11

ENTIDADES

12

CRÉDITOS

Design: Valerya Borges

Imagens: Matheus Alves
e Pedro Borges

Logo: Biatriz Santos

O QUE É A COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS



Negras e negros são 52% da população brasileira e pouco mais de 20% dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional. Essa sub-representação, além de evidenciar o racismo presente na sociedade brasileira, traz consequências perversas para a população negra.

Atentas à expansão da política genocida do Estado brasileiro, entidades da sociedade civil organizada, representantes da população negra optaram, no início de 2019, por formar uma **Coalizão Negra por Direitos**.

O objetivo principal da **Coalizão** é a incidência no Congresso Nacional e em fóruns internacionais. Acreditamos que nossa participação na política institucional seja essencial para:

- Combater o racismo e o genocídio da população negra no Brasil
- Defender os direitos da população negra e periférica
- Construir projetos de lei e políticas públicas que melhorem a vida da população negra do país

BRASIL EM CHAMAS E GENOCÍDIO NEGRO

Nos últimos anos, direitos sociais da população brasileira foram violentamente atacados, investimentos públicos em políticas sociais foram congelados, e essas decisões afetam principalmente a população negra, que representa 70% dos mais pobres. Uma série de políticas e projetos de lei de recrudescimento penal, incluindo intervenções militares em algumas capitais brasileiras como Rio de Janeiro e Fortaleza, no Ceará, aumentaram ainda mais o número de pessoas negras presas e mortas.

Mas, desde o início de 2019, a situação política brasileira passou a inspirar ainda mais preocupação aos defensores da democracia em todo o mundo. Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, o poder central do país repousou sobre o colo de um grupo político que se coloca explicitamente contrário aos humanos e, pior, que estrutura políticas de recrudescimento penal e estimula a violência como ação policial, o encarceramento em massa, a celebração da tortura e a criminalização de movimentos sociais. Ao

mesmo tempo, este governo dá início a práticas de cortes de direitos sociais, o que atinge em cheio a população negra, contingente sobrerrepresentado entre os mais pobres, e, portanto, os que mais precisam de serviços públicos.

Foi neste contexto que o presidente Bolsonaro assinou, em 15 de janeiro, o decreto 9685/2019, facilitando a posse de armas aos cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras.

Seu segundo ato, logo após o atual governo tomar posse, foi a apresentação do chamado "Pacote Anticrime", pelo Ministro Sergio Moro, composto por uma série de propostas que estão na contramão de estudos e experiências que comprovam que o recrudescimento penal, o super encarceramento e o aumento de mortes promovidas por agentes do Estado não são solução para o problema da violência e da insegurança que assolam as diversas sociedades.

Além disso, o "Pacote Anticrime" também propõe a ampliação indiscriminada da



peças presas, de forma compulsória, mesmo que isso não contribua em nada com as investigações, o DNA da população carcerária do Brasil e, por consequência, de uma parcela expressiva da população com quem possuem parentesco. Cabe registrar que das cerca de dez mil amostras de DNA que hoje compõem o banco genético do país, apenas dez foram utilizadas para amparar resoluções judiciais. Em vez de melhorar os usos feitos das amostras já coletadas ou previstas na atual legislação, a proposta de Moro é de expandir indiscriminadamente a coleta de amostras, sem justificativa científica, e com altíssimos riscos sociais. Não são poucas as práticas eugenistas que ainda existem no país.

POPULAÇÃO NEGRA NA MIRA DO ESTADO

O Estado brasileiro já reconheceu que promove um genocídio da juventude negra, como consta no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal sobre o Assassinato de Jovens, de 2016. Nele, admitiu-se que a polícia brasileira, que constitui o braço armado do Estado, matou, em cinco anos, mais do que a polícia norte-americana em 30 anos de atuação. Em média, cinco pessoas são assassinadas pela polícia diariamente.

O Atlas da Violência 2019, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta informações perturbadoras. Na análise das mortes de 2017 no Brasil, verificou-se que a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos é de 69,9 mortes a cada 100 mil habitantes; esse dado piora quando é adicionado a ele o recorte de gênero: homens jovens no Brasil em uma taxa de 130,4 homicídios a cada 100 mil habitantes. Em 2017, o Brasil alcançou a marca histórica de 65.602 homicídios. Isso equivale a uma taxa de 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, correspondente a 30 vezes a taxa da

Europa. Nos últimos dez anos, 618.858 pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. E os alarmantes dados sobre o genocídio da juventude brasileira apontam uma situação ainda mais grave e que se acentuou no último ano: os homicídios respondem por 59,1% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos.

Ser vítima de homicídio doloso, portanto, não se dá de modo aleatório ou indiscriminado. Existe um perfil explícito dos principais alvos: jovens (59,1%), 5 negros (75,5%), 6 e homens (91,8%). Em 2016, o Senado Federal brasileiro reconheceu que a “cada 23 minutos ocorre a morte de um jovem negro no Brasil” e que “este processo de genocídio está umbilicalmente marcado pelo racismo institucional”. Assim depois de um grande e exaustivo trabalho, a CPI do Senado concluiu que “o Estado brasileiro, direta ou indiretamente, provoca o genocídio da população jovem e negra”.

Entre 2009 e 2016, 21.910 pessoas morreram no Brasil em decorrência de intervenções policiais. Segundo pesquisa amostral divulgada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, descontando as mortes onde a informação de raça/cor não estava disponível, 76,2% das vítimas de atuação da polícia eram negras.

Estes números têm se intensificado. Em São Paulo, estado mais populoso e rico do Brasil, 252 pessoas foram mortas por ações da polícia nos quatro primeiros meses de 2019, um aumento de 17% em comparação com o mesmo período de 2018. No Rio de Janeiro, 881 pessoas foram mortas em intervenções policiais no primeiro semestre de 2019, um acréscimo de 14% em relação a 2018.

Nesse contexto, é preocupante o anúncio de corte orçamentário para a realização do censo demográfico brasileiro de 2020.

Organizações do movimento negro, em consonância com recomendações de organismos internacionais, têm um histórico de reivindicações por coleta de informação sobre cor e raça da população para a elaboração de políticas públicas destinadas à população negra. A existência de indicadores com recorte racial é importante para que se perceba os parâmetros da desigualdade e da injustiça e para a estruturação de políticas efetivas.



Imagem retirada da "Publicação Atlas Infográfico Atlas 2019", editada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada





PACOTE MORO | DECRETO DAS ARMAS

O chamado “Pacote Anticrime” (Projeto de Lei nº 882 de 2019 na Câmara Federal, e Projeto de Lei nº 1.864 de 2019, no Senado) foi escrito pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, e, atualmente, tramita nas duas casas legislativas.

A proposta representa uma ameaça direta à população negra, principalmente pela ampliação da exclusão de ilicitude e legítima defesa para policiais: investigações de assassinatos e execuções cometidas por agentes podem não ser necessárias, se o “excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. A letalidade policial no Brasil, que já é uma das maiores do mundo, deve aumentar exponencialmente.

Em entrevista recente o presidente Jair Bolsonaro comentou o pacote, dando ênfase a estes pontos: “Nós temos que dar uma retaguarda jurídica para as pessoas que fazem a segurança: policial civil, militar, federal, rodoviário. Em operação, o pessoal tem que usar aquela máquina que tem na cintura, ir para casa e no dia

seguinte ser condecorado, não processado (...). Os caras vão morrer na rua igual barata, pô. E tem que ser assim”.

Essa é uma perspectiva compartilhada por governadores que já têm adotado políticas públicas com altíssimo potencial de letalidade para as populações negras e periféricas. Recentemente, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, foi denunciado à OEA pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Na ocasião, policiais dispararam rajadas de metralhadoras em uma tenda de orações localizada em um morro na cidade de Angra dos Reis. O próprio governador do Rio de Janeiro estava no helicóptero, e disse que tal política de segurança estaria “baseada em inteligência, investigação e aparelhamento das polícias Civil e Militar”. Os índices de assassinatos de moradores das áreas periféricas têm aumentado de forma gritante no Brasil, e, mais especificamente, no Rio de Janeiro – no primeiro trimestre de 2019, foram registradas 434 mortes no estado, decorrentes de intervenções de agentes de

segurança (em média, quatro mortes por dia).

BREVE HISTÓRICO

Desde suas primeiras ações, no início deste ano, a **Coalizão Negra Por Direitos** tem empreendido esforços para mobilizar a sociedade civil, congressistas e instâncias internacionais de direitos humanos. Em fevereiro, foi protocolado uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, órgão da Organização dos Estados Americanos – OEA, de que o chamado “Pacote Anticrime”, idealizado por Sergio Moro, representa um alto risco à população negra e periférica do Brasil.

Em maio deste ano, uma comitiva formada por 14 representantes de entidades negras que integram a **Coalizão** esteve presente na 173 sessão CIDH, em Kingston, na Jamaica. Foi a primeira vez, em quase duas décadas, que uma comitiva oficial formada exclusivamente por entidades negras brasileiras esteve presente em um evento internacional com o objetivo de fazer uma denúncia coletivamente. No Congresso Nacional, uma das primeiras ações do grupo foi procurar parlamentares negras e negros com a proposta de apoiar a articulação de uma instância negra antirracista. Desde então, foram realizadas reuniões com o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre e com diversos parlamentares. Diante de um projeto de lei de extinção de cotas raciais para o ingresso nas universidades federais, a **Coalizão** se articulou a parlamentares negras e negros e conseguiu uma primeira vitória: o compromisso do presidente da Câmara Federal de quem nenhum projeto de lei com este objetivo tramitaria naquela Casa enquanto ele fosse presidente. “Este debate já foi feito exaustivamente nesta Casa e a política de cotas raciais é uma extremamente bem sucedida, não há motivos para voltar atrás”, declarou Rodrigo Maia publicamente.

Em articulação com o grupo de trabalho designado na Câmara Federal para analisar o chamado “Pacote Anticrime”, a **Coalizão** teve participação em oito, das dez audiências públicas para discussão técnica do pacote, o que nos permitiu contribuir, de uma perspectiva negra, das discussões, influenciando diretamente o relatório final do grupo de trabalho e o debate público sobre o pacote.

Além de reuniões bilaterais com parlamentares sobre os pontos abusivos da proposta, temos participado do debate na esfera pública por meio de artigos publicados em diversos veículos de imprensa e da publicação em nossas próprias redes.

Membros da **Coalizão** participaram da Audiência Pública “Mulheres Negras: estratégias pelo bem viver para eliminação do racismo e da violência”, convocado pela deputadas federais Áurea Carolina (Muitas / PSOL-MG) e Talíria Petrone (PSOL-RJ), marcando o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho. Participaram da audiência pública como **Coalizão**, Uneafro, MNU, Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e CONAQ. Além da ação nos gabinetes e em plenários do parlamento, nossa ação nas ruas também tem contribuído para ampliar o conhecimento da população sobre os absurdos propostos. Para citar um exemplo, denunciemos aspectos feminicidas do Pacote durante o Julho das pretas, que celebra as mulheres latino-americanas e caribenhas. Na tradicional marcha de mulheres negras do 25 de julho, tivemos faixas e falas públicas em atividades de diversas capitais do país. Não por acaso, este foi um dos aspectos que o grupo de trabalho da Câmara propõe derrubar.

Estivemos no Senado Federal, em reuniões com o presidente da Casa e diversos senadores e senadoras, no dia em que a Comissão de Constituição e Justiça do

Senado votou a derrubada do decreto presidencial de armamento da população. Na ocasião, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se comprometeu a não apressar a votação do Pacote e garantir a participação negra nos debates que acontecessem também naquela casa. Compromisso que foi cumprido nos meses seguintes.

Em agosto, a **Coalizão Negra Por Direitos** apresentou um requerimento de audiência para a 174ª sessão ordinária da CIDH, prevista para acontecer no Equador, durante o mês de novembro de 2019.

Também em novembro, realizaremos um seminário internacional da **Coalizão Negra por Direitos**. O encontro tem como objetivo reunir lideranças das organizações do movimento negro brasileiro que têm promovido ações conjuntas para um momento de reflexão, debate, construção de uma agenda unificada possível e de estratégias de atuação para o período seguinte. Está confirmada a participação de uma comitiva de lideranças do movimento Black Lives Matter, dos EUA, e de sua sessão na África do Sul.

BASE DE ALCÂNTARA | QUILOMBOLAS*

O governo brasileiro assinou acordo com o governo norte-americano sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, em Washington, em março de 2019.

O referido Acordo foi enviado aos membros do Congresso Nacional pelo governo brasileiro em maio, para aprovação. Para a efetivação do acordo seria necessário expandir a atual área do Centro de Lançamento de Alcântara de 8 mil para 20 mil hectares. A ampliação resultaria no deslocamento de aproximadamente 2 mil quilombolas - negras e negros que vivem em comunidades tradicionais. Nenhum/a destes integrantes das 219 comunidades quilombolas, que vivem no território de Alcântara há mais de 200 anos, ou suas entidades representativas, foram consultadas sobre a assinatura do referido acordo, cujo efeito impacta diretamente a vida destas comunidades. A assinatura sem consulta às comunidades quilombolas viola frontalmente o direito à consulta prévia, livre e informada, assegurada na Convenção 169 (C169) da Organização



Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Estado Brasileiro em 22 de julho de 2002 e incorporada ao ordenamento jurídico pelo Decreto n. 5.051 de 09 de abril de 2004.

O governo afirma que “toda a região adjacente ao Centro de Lançamento de Alcântara será beneficiada pelo incremento imediato do desenvolvimento social e econômico refletido na geração de empregos, na criação de novas empresas e na ampliação do empreendedorismo e negócios de base local como restaurantes, hotéis, postos de gasolina, barbearias”. Não há um estudo sequer, apresentado ou elaborado por especialistas independentes ou pelo governo que aponte quantos e quais empregos serão gerados, quantas novas empresas serão criadas, quem financiará restaurantes e hotéis ou quais os serviços básicos de saúde, educação, saneamento e transporte que beneficiarão as comunidades quilombolas, que são as verdadeiras proprietárias do território.

Os direitos das comunidades quilombolas não se referem apenas às compensações financeiras para aquelas que foram forçadamente deslocadas para as agrovilas há 30 anos, como entende o governo. O direito das comunidades é presente e atual, se estende a todo território quilombola de Alcântara já identificado e demarcado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como aos recursos naturais nele inseridos, além do acesso ao mar. A demarcação do território quilombola é, por sua vez, imprescritível, impenhorável e inalienável. A Constituição Federal reconhece às comunidades quilombolas como patrimônio cultural imaterial da sociedade brasileira (Art. 216, § 5º) e assegura a emissão de títulos de propriedade definitiva de suas terras pelo Estado (Art. 68 ADCT).

Mesmo a população não deslocada, terá limitado o livre e permanente acesso às áreas do litoral de Alcântara, frente à proposta de criação de corredores nas áreas de lançamento. A restrição de acesso a recursos naturais essenciais como o mar, nascentes de água potável, árvores frutíferas, babaçuais, cocais, dentre outros, afetará a conexão e os fluxos econômicos entre as comunidades e o desaparecimento das fronteiras que identificam as territorialidades atuais específicas constituídas historicamente pelos quilombolas. A intensidade deste impacto negativo sobre as comunidades quilombolas, entretanto, nunca foi objeto de estudo técnico pelo governo federal, o que também viola a C169. E o mais grave, se instalará em Alcântara uma situação de insegurança alimentar sem precedentes.

Além disso, a entrega da Base de Alcântara fere a soberania nacional e nos coloca sob séria ameaça da segurança nacional, já que os EUA pretendem fazer uso militar de Alcântara para seus interesses geopolíticos. Com o novo acordo, o Brasil poderá ser alvo de conflitos militares internacionais.

*** Texto adaptado do documento “CARTA DE ALCÂNTARA AO CONGRESSO NACIONAL”, redigido pela CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.**

Acesso ao documento no link https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2019/08/carta-ao-congresso-nacional_ast_quilombolas-de-alcantara.junho2019-1.pdf

ENTIDADES

PROMOVEM AÇÕES CONJUNTAS COMO COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS AS ENTIDADES LISTADAS ABAIXO:

- AFROUNEB - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade do Estado da Bahia
- Afirmação Rede de Cursinhos Populares
- AGANJU - Afro Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica
- Agentes de Pastoral Negros do Brasil - APNs
- Aliança Hip Hop Taquaril - BH
- Alma Preta
- AMI - Associação dos Moradores de Itapuã
- AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil
- AMPARAR - Associação de Amigos e Familiares de Presos - SP
- Articulação Nacional de Pescadoras
- Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores - ANPSINEP
- Aparelha Luzia
- Assessoria Popular Maria Felipa - BH
- Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê
- Bando de Teatro Olodum
- Bloco Afro Olodum
- Bloco Afro Ilú Oba De Min
- Casa do Hip Hop do Taquaril - BH
- Casa do Meio do Mundo - SP
- CEDECA Mônica Paião Trevisan - SP
- Ceert - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
- Centro de Direitos Humanos de Sapopemba - SP
- CEN - Coletivo de Entidades Negras
- Cendepa - PA - Gênero, Raça e Etnia Para Jornalistas
- Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA
- Círculo Palmarino
- Coletivo Faremos Palmares de Novo
- Coletivo Força Ativa - SP
- Coletivo Luiza Bairros - UFBA
- Coletivo Negro Vozes da UFABC - SP
- Coletivo de Juventude Negra Cara Preta
- Coletivo Negro Afromack
- Coletivo Sapato Preto Lésbicas Amazonidas
- Comunidade Cultural Quilombaque
- Comunidade de Samba Maria Cursi
- Comunidade de Samba Pagode na Disciplina Jardim Miriam
- Conaq - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- Conselho Pastoral de Pescadoras e Pescadores
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
- Cooperifa
- Conen - Coordenação Nacional de Entidades Negras
- Criola
- Cursinho Popular Carolina de Jesus
- Desenrola e Não me Enrola
- Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes
- Evangélicos Pelo Estado de Direito
- Festival da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha - Latinidades
- Fopir - Fórum Permanente pela Igualdade Racial
- Fórum Grita Baixada
- Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno
- Frente Favela Brasil
- Frente Nacional de Mulheres do Funk
- Frente Nacional Makota Valdina
- Gajop - Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares
- Geledés - Instituto da Mulher Negra
- Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade
- Grupo Kilombagem
- IDEAS - Assessoria Popular
- Ilê Omolu Oxum
- INNPd - Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas
- IMUNE - Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso
- Instituto Negra do Ceará - Inegra
- Instituto AMMA Psique e Negritude
- Instituto Cultural Steve Biko
- Instituto Marielle Franco
- Irohin - Comunicação e Memória Afro-brasileira
- Mães da Bahia
- Mahin Organização de Mulheres Negras
- Mandata Quilombo da Deputada Estadual Erica Malunguinho
- Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro
- Marcha das Mulheres Negras de São Paulo Metropolitana/MG
- Movimento das Favelas - RJ
- Movimento dos Atingidos pela Base Especial de Alcântara
- Movimento de Mães do Socioeducativo do Ceará
- Movimento IFBA Negro
- Movimento Independente MÃES DE MAIO
- Movimento Nacional de Pescadoras e Pescadores
- MNU - Movimento Negro Unificado
- NEGRARIA - Coletivo de Artistas Negros de Belo Horizonte e Região
- Nova Frente Negra Brasileira
- Núcleo de Consciência Negra na USP
- Okán Dimó - Coletivo de Matriz Africana
- ONDJANGO - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
- PDRR - Programa Direito e Relações Raciais - Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia
- Pretas em Movimento - BH
- Protagonismo Negro da UFS
- MPVNC - Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes
- Rede Fulanas NAB
- Rede de HistoriadorXs NegrXs
- Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais - MG
- Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
- Rede de Proteção e Resistência Contra Genocídio - SP
- Rede Nacional da Promoção e Controle da Saúde de Lésbicas, Bissexuais e Transexuais Negras - REDE SAPATÁ
- Rede Urbana de Ações Socioculturais- RUAS - DF
- Renafro - Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
- Teatro Negro e Atitude -BH
- Ubuntu Cursinhos - SP
- UNEafro Brasil
- Unegro - União de Negros pela Igualdade
- Universidade do Estado da Bahia
- Voz da Baixada

O LOGO DA COALIZÃO

O símbolo grafado no logo da **Coalizão Negra Por Direitos** é um *adinkra*, nome dado a um conjunto de símbolos ideográficos dos povos acã, grupo linguístico da África Ocidental. Os ideogramas se baseiam em figuras de animais, plantas, corpos celestiais, o corpo humano, objetos feitos pelo ser humano ou formas abstratas. Os símbolos adinkra incorporam, preservam e transmitem aspectos da história, da filosofia, dos valores e das normas socioculturais dos povos acã, e vêm sendo adotados como parte da missão de recuperar e valorizar essas antigas tradições que compõem o legado ancestral africano. O símbolo escolhido pela Coalizão é o *Nkonsonkonson* (ou vínculo, ou corrente) que significa união, relações humanas.



LEGENDAS

- **Capa, Págs. 03 e 04:** Entidades da **Coalizão Negra Por Direitos** no Congresso Nacional brasileiro
- **Págs 02 e 06:** Membros de entidades da **Coalizão Negra Por Direitos** durante audiência com o deputado Paulo Paim
- **Pág. 07:** Comitiva da **Coalizão Negra Por Direitos** em encontro da CIDH, na Jamaica

FALE CONOSCO

contato@coalizaonegrapordireitos.org.br

NOSSAS REDES



www.facebook.com/coalizaonegra



www.instagram.com/coalizaonegrapordireitos



www.twitter.com/coalizaonegra